

CÂMARA MUNICIPAL DE ENCANTO/RN GABINETE DA VEREADORA LÍDIA GUEDES

PROJETO DE LEI Nº 01 2025

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA CONTRATAÇÃO, NOMEAÇÃO OU MANUTENÇÃO NOS QUADROS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PESSOAS CONDENADAS POR CRIMES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES.

O Prefeito do Município de Encanto/RN no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Objetivo

Fica proibida a nomeação, contratação ou manutenção nos quadros da administração pública municipal de pessoas condenadas, em decisão transitada em julgado, por crimes de violência contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e demais dispositivos legais aplicáveis.

Art. 2º - Abrangência

Esta proibição aplica-se a:

- I Servidores nomeados para cargos de provimento em comissão e funções de confiança na administração pública municipal direta e indireta;
- II Candidatos aprovados em concursos públicos para cargos efetivos, enquanto perdurarem os efeitos da condenação;
- III Pessoas contratadas por meio de processos seletivos simplificados ou contratos temporários com o município;
- IV Terceirizados que prestem serviços à administração pública municipal, mediante exigência contratual junto às empresas contratadas.

Art. 3º - Período de Impedimento

A proibição prevista nesta Lei vigorará:

- I Enquanto durarem os efeitos da condenação, para crimes com penas ainda em cumprimento;
- II Pelo prazo de 5 (cinco) anos após o cumprimento da pena, para crimes cuja condenação já tenha sido integralmente cumprida.



CÂMARA MUNICIPAL DE ENCANTO/RN GABINETE DA VEREADORA LÍDIA GUEDES

Art. 4º - Comprovação

 I – Para nomeação, contratação ou posse em cargo público, o candidato deverá apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, emitida pelos órgãos competentes.

II – No caso de servidores já contratados, caso venha a ser comprovada a condenação transitada em julgado, será instaurado processo administrativo para apuração e eventual desligamento do servidor.

Art. 5º - Fiscalização e Penalidades

I – O descumprimento desta Lei por parte dos gestores públicos poderá acarretar **responsabilização administrativa e civil**, conforme legislação vigente.

II – Empresas terceirizadas que não cumprirem a exigência desta Lei estarão sujeitas a multa e rescisão contratual com o município.

Art. 6° - Disposições Finais

I – O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

II – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Câmara Municipal de Encanto/RN

Lidia Mariana Guedes Bessa

Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE ENCANTO/RN GABINETE DA VEREADORA LÍDIA GUEDES

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como finalidade impedir que pessoas condenadas por crimes de violência contra mulheres ocupem cargos públicos ou sejam beneficiadas com contratações na administração pública municipal.

A violência contra a mulher é uma **violação dos direitos humanos** e representa um problema social grave. O poder público tem o dever de adotar políticas que reforcem a proteção às mulheres e desestimulem condutas agressivas e violentas.

Ao impedir a contratação de agressores de mulheres, esta Lei reforça a tolerância zero contra a violência de gênero e assegura que os servidores públicos sejam exemplos de conduta ética e respeito aos direitos fundamentais.

Além disso, esta medida incentiva **a prevenção e a responsabilização** dos agressores, garantindo que o serviço público seja ocupado por pessoas que respeitam os princípios da moralidade e da dignidade humana.

Dessa forma, a aprovação deste Projeto de Lei contribuirá para fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, promovendo um ambiente mais seguro e justo para todas.

Contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta importante medida.

Vereadora